

LUÍS ROBERTO
BARROSO

Curso de
DIREITO
CONSTITUCIONAL
Contemporâneo

Os conceitos fundamentais e a construção
do novo modelo

11ª edição
2023

Atualizada com a colaboração de Patrícia Perrone Campos Mello

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva JURIS

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato Cêzar
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Daila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Daniel Pavani Naveira
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Laudemir Marinho dos Santos Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão	Mariana Góis
Capa	Tiago Dela Rosa
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Vox Gráfica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

B277c Barroso, Luis Roberto

Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo / Luis Roberto Barroso. – 11. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.

808 p.

ISBN: 978-65-5362-526-6 (Impresso)

1. Direito constitucional. 2. Constituição federal. 3. Garantias fundamentais. 4. Emenda constitucional. I. Título.

2022-3948

CDD 342

CDU 342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional	342
2. Direito constitucional	342

Data de fechamento da edição: 11-1-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD OBRA CL CAE

ÍNDICE GERAL

<i>Abreviaturas e periódicos utilizados</i>	VII
<i>Introdução</i>	XXV
<i>Nota à 11ª edição</i>	XXIX

PARTE I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO: OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS E A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS

CAPÍTULO I CONSTITUCIONALISMO

I O SURGIMENTO DO IDEAL CONSTITUCIONAL E SEU DESENCONTRO HISTÓRICO	3
1 Generalidades	3
2 Da Antiguidade Clássica ao início da Idade Moderna.....	5
II O CONSTITUCIONALISMO MODERNO E CONTEMPORÂNEO	9
1 Experiências precursoras do constitucionalismo liberal e seu estágio atual	9
1.1 Reino Unido.....	9
1.2 Estados Unidos da América.....	13
1.3 França	20
2 Um caso de sucesso da segunda metade do século XX: a Alemanha.....	29
3 O constitucionalismo no início do século XXI	34

CAPÍTULO II DIREITO CONSTITUCIONAL

I O DIREITO CONSTITUCIONAL NO UNIVERSO JURÍDICO	36
1 Generalidades	36
2 Conceito.....	40
2.1 A ciência do direito constitucional.....	40
2.2 O direito constitucional positivo.....	41
2.3 O direito constitucional como direito subjetivo.....	42
3 Objeto	43
II O DIREITO CONSTITUCIONAL COMO DIREITO PÚBLICO	44
1 Direito público e direito privado	44
2 Regime jurídico de direito público e de direito privado.....	46
III A EXPANSÃO DO DIREITO PÚBLICO E DA CONSTITUIÇÃO SOBRE O DIREITO PRIVADO	48
IV ESPAÇO PÚBLICO E ESPAÇO PRIVADO. EVOLUÇÃO DA DICOTOMIA. UM DRAMA BRASILEIRO	50
1 Origens da distinção.....	50

2	O desaparecimento do espaço público: Império Romano e sistema feudal	52
3	A reinvenção do público: do Estado patrimonial ao Estado liberal	53
4	A volta do pêndulo: do Estado social ao neoliberalismo	55
5	O público e o privado na experiência brasileira.....	55
V	A SUBSISTÊNCIA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO	57
1	O Estado ainda é protagonista	57
2	Sentido e alcance da noção de interesse público no direito contemporâneo	58

CAPÍTULO III CONSTITUIÇÃO

I	NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....	61
II	REFERÊNCIA HISTÓRICA	62
III	CONCEPÇÕES E TEORIAS ACERCA DA CONSTITUIÇÃO.....	65
IV	TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES.....	67
V	CONTEÚDO E SUPREMACIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	68
VI	A CONSTITUIÇÃO NO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO.....	70
VII	CONSTITUIÇÃO, CONSTITUCIONALISMO E DEMOCRACIA.....	73
VIII	ALGUMAS CORRENTES DA FILOSOFIA CONSTITUCIONAL E DA FILOSOFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEAS.....	76
1	Substancialismo e procedimentalismo.....	77
2	Liberalismo e comunitarismo	79
2.1	Liberalismo igualitário	80
2.2	A crítica comunitarista.....	82
3	Outras correntes	84

CAPÍTULO IV PODER CONSTITUINTE

I	CONCEITO, ORIGENS E GENERALIDADES	87
II	PROCESSOS CONSTITUINTE E MODELOS CONSTITUCIONAIS	90
III	TITULARIDADE E LEGITIMIDADE DO PODER CONSTITUINTE.....	94
IV	NATUREZA E LIMITES DO PODER CONSTITUINTE.....	99
1	Condicionamentos pré-constituintes.....	100
2	Condicionamentos pós-constituintes.....	102
V	PROCEDIMENTO.....	105
VI	PODER CONSTITUINTE E LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA.....	108

CAPÍTULO V MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL

I	CONCEITO E GENERALIDADES.....	110
II	FUNDAMENTO E LIMITES	113
III	MECANISMOS DE ATUAÇÃO	115
1	A interpretação como instrumento da mutação constitucional.....	116
2	Mutação constitucional pela atuação do legislador	119
3	Mutação constitucional por via de costume	120
IV	MUDANÇA NA PERCEPÇÃO DO DIREITO E MUDANÇA NA REALIDADE DE FATO.....	122

CAPÍTULO VI REFORMA E REVISÃO CONSTITUCIONAL

I	GENERALIDADES.....	125
II	A QUESTÃO TERMINOLÓGICA: PODER CONSTITUINTE DERIVADO, REFORMA, REVISÃO E EMENDA. PODER CONSTITUINTE DECORRENTE....	129
III	NATUREZA JURÍDICA E LIMITES	131
IV	LIMITES TEMPORAIS E CIRCUNSTANCIAIS	132
V	LIMITES FORMAIS	134
VI	LIMITES MATERIAIS	141
1	Noção e antecedentes	141
2	Fundamento de legitimidade.....	143
3	A questão da dupla revisão.....	144
4	Os limites materiais implícitos	146
5	Cláusulas pétreas e hierarquia.....	148
6	Os limites materiais na experiência brasileira e na Constituição de 1988	149
6.1	A forma federativa do Estado	152
6.2	O voto direto, secreto, universal e periódico	154
6.3	A separação de Poderes.....	154
6.4	Os direitos e garantias individuais	156
6.4.1	A questão do direito adquirido.....	161

CAPÍTULO VII NORMAS CONSTITUCIONAIS

I	NORMAS JURÍDICAS.....	166
1	Generalidades	166
2	Algumas classificações	168
3	Dispositivo, enunciado normativo e norma	170

II	NORMAS CONSTITUCIONAIS	173
1	A Constituição como norma jurídica	173
2	Características das normas constitucionais	174
3	Conteúdo material das normas constitucionais	175
4	Princípios e regras: as diferentes funções das normas constitucionais	178
5	A eficácia das normas constitucionais	185
III	A CONQUISTA DA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO	190
1	Antecedentes históricos	190
2	Normatividade e realidade fática: possibilidades e limites do direito constitucional ..	190
3	Conceito de efetividade	192
4	Os direitos subjetivos constitucionais e suas garantias jurídicas	193
5	A inconstitucionalidade por omissão	194
6	Consagração da doutrina da efetividade e novos desenvolvimentos teóricos	195
 PARTE II O NOVO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: MUDANÇAS DE PARADIGMAS E A CONSTRUÇÃO DO MODELO CONTEMPORÂNEO 		
 CAPÍTULO I ANTECEDENTES TEÓRICOS E FILOSÓFICOS 		
I	A TEORIA JURÍDICA TRADICIONAL	199
II	A TEORIA CRÍTICA DO DIREITO	200
III	ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO JUSNATURALISMO	204
IV	ASCENSÃO E DECADÊNCIA DO POSITIVISMO JURÍDICO	207
 CAPÍTULO II TRANSFORMAÇÕES DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO 		
I	A FORMAÇÃO DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO	211
II	MARCO HISTÓRICO: PÓS-GUERRA E REDEMOCRATIZAÇÃO	213
III	MARCO FILOSÓFICO: A CONSTRUÇÃO DO PÓS-POSITIVISMO	214
1	O princípio da dignidade da pessoa humana	217
1.1	A dignidade humana tem natureza jurídica de princípio constitucional	217
1.2	O conteúdo jurídico da dignidade humana	218
2	O princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade	221
IV	MARCO TEÓRICO: TRÊS MUDANÇAS DE PARADIGMA	227
1	A força normativa da Constituição	227
2	A expansão da jurisdição constitucional	228

3	A reelaboração doutrinária da interpretação constitucional.....	230
4	Um novo modelo.....	231

CAPÍTULO III A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

I	GENERALIDADES.....	233
1	Introdução.....	233
2	Terminologia: hermenêutica, interpretação, aplicação e construção.....	234
3	Especificidade da interpretação constitucional.....	236
II	OS DIFERENTES PLANOS DE ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	237
1	O plano jurídico ou dogmático.....	238
2	O plano teórico ou metodológico.....	238
2.1	As escolas de pensamento jurídico.....	238
2.2	As teorias da interpretação constitucional.....	242
2.2.1	Alguns métodos da teoria constitucional alemã.....	242
2.2.2	O debate na teoria constitucional americana.....	244
3	O plano da justificação política ou da legitimação democrática.....	246
4	A interpretação constitucional como concretização construtiva.....	250
III	A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL SOB PERSPECTIVA TRADICIONAL.....	251
1	Algumas regras de hermenêutica.....	251
2	Elementos tradicionais de interpretação jurídica.....	254
2.1	Interpretação gramatical, literal ou semântica.....	255
2.2	Interpretação histórica.....	256
2.3	Interpretação sistemática.....	257
2.4	Interpretação teleológica.....	258
3	A metodologia da interpretação constitucional tradicional.....	259
4	Princípios instrumentais de interpretação constitucional.....	260
4.1	Princípio da supremacia da Constituição.....	261
4.2	Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos normativos.....	262
4.3	Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	263
4.4	Princípio da unidade da Constituição.....	264
4.5	Princípio da razoabilidade ou da proporcionalidade.....	266
4.6	Princípio da efetividade.....	266

CAPÍTULO IV NOVOS PARADIGMAS E CATEGORIAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

I	PREMISSAS METODOLÓGICAS DA NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	268
1	A norma, o problema e o intérprete.....	269

2	Três mudanças de paradigma que abalaram a interpretação constitucional tradicional	271
2.1	Superação do formalismo jurídico	271
2.2	Advento de uma cultura jurídica pós-positivista	271
2.3	Ascensão do direito público e centralidade da Constituição	271
3	Nova interpretação e casos difíceis	272
4	Algumas categorias jurídicas utilizadas pela nova interpretação constitucional.....	274
II	OS CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS	275
III	A NORMATIVIDADE DOS PRINCÍPIOS	279
1	Recapitulando os conceitos fundamentais.....	279
2	Modalidades de eficácia dos princípios constitucionais	280
2.1	Eficácia direta.....	281
2.2	Eficácia interpretativa	281
2.3	Eficácia negativa	282
3	Algumas aplicações concretas dos princípios.....	282
IV	A COLISÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS	291
V	A TÉCNICA DA PONDERAÇÃO.....	295
VI	A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	300
1	Algumas anotações teóricas.....	300
2	Alguns aspectos práticos	302
CAPÍTULO V A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO		
I	GENERALIDADES	310
II	ORIGEM E EVOLUÇÃO DO FENÔMENO	311
III	A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO NO BRASIL	317
1	O direito infraconstitucional na Constituição	317
2	A constitucionalização do direito infraconstitucional.....	318
3	A constitucionalização do Direito e seus mecanismos de atuação prática	320
IV	ALGUNS ASPECTOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO	323
1	Direito civil	323
2	Direito administrativo.....	327
3	Direito penal	331
V	CONSTITUCIONALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS ..	337
VI	CONTROLANDO OS RISCOS DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO EXCESSIVA ...	345

PARTE III A CONSTITUIÇÃO DE 1988, JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL
E PAPÉIS DAS SUPREMAS CORTES

CAPÍTULO I A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988: HISTÓRICO,
DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES
NO DIREITO E NA REALIDADE

INTRODUÇÃO DA VINDA DA FAMÍLIA REAL À CONSTITUIÇÃO DE 1988	351
I DO REGIME MILITAR À DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL.....	353
1 O longo caminho	353
1.1 1964-1985: ascensão e ocaso do regime militar	353
1.2 Convocação, instalação e natureza da Assembleia Nacional Constituinte.....	356
1.3 Os trabalhos de elaboração da Constituição	358
1.4 O texto aprovado	360
2. A consolidação democrática brasileira	361
2.1 O sucesso institucional da Constituição de 1988	361
2.2 Os governos Fernando Collor e Itamar Franco.....	362
2.3 O governo Fernando Henrique Cardoso.....	364
2.4 O governo Luiz Inácio Lula da Silva	367
2.5 O governo Dilma Rousseff	368
2.5.1 Perda brusca de sustentação política da Presidente eleita	369
2.5.2 Desgaste pela longa permanência do mesmo partido no poder e a Ope- ração <i>Lava-Jato</i>	370
2.5.3 Presidencialismo de coalizão e ausência de uma saída institucional simples para afastamento do Presidente da República em caso de perda de sus- tentação política. O trauma do <i>impeachment</i>	371
2.6 O governo Michel Temer	372
3. Realizações e dificuldades do período.....	374
3.1 Alguns avanços	374
3.2 Algumas circunstâncias.....	375
3.3 Alguns reveses	376
II O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES	377
1. Poder Executivo.....	377
2. Poder Legislativo.....	379
3. Poder Judiciário	382
III AS TRANSFORMAÇÕES DA TEORIA CONSTITUCIONAL	387
1 A doutrina brasileira da efetividade.....	387
2 Neoconstitucionalismo ou o novo direito constitucional	389
3 A constitucionalização do Direito	391
REFLEXÃO FINAL A VITÓRIA DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO	392
1 O que ficou por fazer	392

2	O que se deve celebrar.....	394
CAPÍTULO II UM BALANÇO DA CONSTITUIÇÃO AOS TRINTA ANOS DE VIGÊNCIA		
I	INTRODUÇÃO	396
II	ALGUNS PONTOS ALTOS	397
1	Estabilidade institucional.....	397
2	Estabilidade monetária	397
3	Inclusão social.....	398
III	O DESTAQUE MAIOR: O AVANÇO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	399
IV	OS PONTOS FRACOS DESSES TRINTA ANOS.....	401
1	O sistema político.....	401
2	A corrupção estrutural e sistêmica.....	404
V	REFLEXÕES FINAIS.....	406
CAPÍTULO III JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: A TÊNUE FRONTEIRA ENTRE O DIREITO E A POLÍTICA		
I	INTRODUÇÃO	409
II	A ASCENSÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO	410
1	A jurisdição constitucional.....	410
2	A judicialização da política e das relações sociais.....	411
3	O ativismo judicial	415
4	Críticas à expansão da intervenção judicial na vida brasileira.....	417
4.1	Crítica político-ideológica	417
4.2	Crítica quanto à capacidade institucional	418
4.3	Crítica quanto à limitação do debate	419
5	Importância e limites da jurisdição constitucional nas democracias contemporâneas..	419
III	DIREITO E POLÍTICA: A CONCEPÇÃO TRADICIONAL.....	421
1	Notas sobre a distinção entre Direito e política.....	421
2	Constituição e poderes constituídos.....	422
3	A pretensão de autonomia do Judiciário e do Direito em relação à política	423
3.1	Independência do Judiciário.....	424
3.2	Vinculação ao Direito posto e à dogmática jurídica	424
3.3	Limites da separação entre Direito e política	425
IV	DIREITO E POLÍTICA: O MODELO REAL	426
1	Os laços inevitáveis: a lei e sua interpretação como atos de vontade	426
2	A interpretação jurídica e suas complexidades: o encontro não marcado entre o Direito e a política.....	427
2.1	A linguagem aberta dos textos jurídicos	427

2.2	Os desacordos morais razoáveis.....	427
2.3	As colisões de normas constitucionais.....	428
2.4	A interpretação constitucional e seus métodos.....	429
3	O juiz e suas circunstâncias: influências políticas em um julgamento.....	430
3.1	Valores e ideologia do juiz.....	431
3.2	Interação com outros atores políticos e institucionais.....	434
3.2.1	Preservação ou expansão do poder da Corte.....	434
3.2.2	Relações com outros Poderes, órgãos e entidades estatais.....	437
3.3	Perspectiva de cumprimento efetivo da decisão.....	438
3.4	Circunstâncias internas dos órgãos colegiados.....	440
3.5	A opinião pública.....	441
4	A autonomia relativa do Direito em relação à política e a fatores extrajudiciais.....	443
V	O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: CONTRAMAJORITÁRIO E REPRESENTATIVO.....	444

CAPÍTULO IV OS PAPÉIS DAS SUPREMAS CORTES E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS

I	O ESTADO DA ARTE DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO....	449
II	OS PAPÉIS DESEMPENHADOS PELAS SUPREMAS CORTES E TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS.....	452
1	O papel contramajoritário.....	453
2	O papel representativo.....	455
3	O papel iluminista.....	461

PARTE IV PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO ESTADO BRASILEIRO

I	OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES.....	473
II	ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	474
1	Generalidades.....	474
2	Estado de direito.....	475
3	Democracia.....	476
4	A democracia constitucional como ideologia vitoriosa do século XX.....	479
5	A democracia constitucional brasileira.....	479
5.1	Liberalismo político e democracia.....	479
5.2	Três dimensões da democracia.....	480
5.2.1	Democracia representativa.....	481
5.2.2	Democracia constitucional.....	482
5.2.3	Democracia deliberativa.....	486

6	Democracia, princípio majoritário e jurisdição constitucional.....	487
7	A democracia em crise.....	489
7.1	A recessão democrática.....	489
7.2	Três fenômenos distintos.....	489
7.3	Algumas causas do populismo extremista e autoritário.....	490
8	O futuro da democracia.....	492
8.1	Três inimigos da democracia.....	492
8.1.2	Apropriação do Estado por elites extrativistas.....	492
8.1.3	Pobreza extrema e desigualdades injustas.....	492
8.1.4	Sentimento de pertencimento.....	493
III	REPÚBLICA.....	494
1	Generalidades.....	494
2	República como forma de governo.....	496
3	República como conceito substantivo.....	498
4	A República brasileira.....	499
4.1	Breve notícia histórica.....	499
4.2	A república na Constituição de 1988.....	502
IV	FEDERAÇÃO.....	508
1	Generalidades.....	508
2	Antecedentes históricos: da Antiguidade à Constituição dos Estados Unidos.....	509
3	A experiência constitucional brasileira com o federalismo.....	511
4	Características do modelo federalista.....	513
5	Soberania e valores constitucionais.....	514
6	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de Federação.....	516

CAPÍTULO II TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

I	GENERALIDADES.....	519
II	ORIGEM, EVOLUÇÃO E CONCEITO.....	520
1	Os direitos humanos.....	520
2	A dignidade humana.....	521
3	Os direitos fundamentais.....	522
III	CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	524
1	Direitos individuais, políticos, sociais e difusos.....	524
1.1	Direitos individuais.....	524
1.2	Direitos políticos.....	525
1.3	Direitos sociais.....	527
1.4	Direitos difusos.....	529
2	Outras classificações.....	530

IV	REGIME JURÍDICO DIFERENCIADO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	532
1	Oponibilidade dos direitos fundamentais às maiorias políticas.....	532
2	Aplicabilidade direta e imediata dos direitos fundamentais	533
3	A abertura do catálogo de direitos fundamentais previstos na Constituição.....	535
V	ESTRUTURA, CONTEÚDO E LIMITES IMANENTES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	537
1	Direitos fundamentais como regras e princípios.....	537
2	Aspectos intrínsecos e limites imanentes.....	538
VI	RESTRICÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS	539
1	A existência de limites externos	539
2	As teorias interna e externa.....	540
VII	LIMITES ÀS RESTRICÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS	540
1	A ponderação.....	541
2	Razoabilidade e proporcionalidade.....	542
3	Núcleo essencial do direito	544
VIII	DIMENSÃO SUBJETIVA, OBJETIVA E PRIVADA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	546
1	A dimensão subjetiva dos direitos fundamentais.....	547
2	A dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	547
3	A eficácia privada dos direitos fundamentais.....	548

CAPÍTULO III MATRIZES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

I	DIREITO À VIDA.....	552
1	Generalidades	552
2	O direito à vida no ordenamento jurídico brasileiro.....	553
3	Pena de morte.....	557
4	Interrupção de gestação.....	559
5	Pesquisas com células-tronco embrionárias.....	562
6	A morte com intervenção: eutanásia, suicídio assistido e ortotanásia.....	563
II	LIBERDADE, LEGALIDADE E AUTONOMIA DA VONTADE	565
1	Liberdade	565
1.1	O conceito de liberdade	565
1.2	Três grandes movimentos históricos	565
1.3	Direito geral de liberdade.....	566
2	Legalidade	568
2.1	A lei como tradição e como positivação.....	568
2.2	Dimensão privada e pública da legalidade	569
2.3	Preferência da lei e reserva da lei.....	570

2.4	Delegação legislativa, poder regulamentar e juridicidade.....	571
2.5	O papel da jurisprudência no direito brasileiro contemporâneo	573
3	Autonomia da vontade	574
III	IGUALDADE	578
1	Generalidades	578
2	Três dimensões da igualdade	579
3	Igualdade formal.....	580
4	Igualdade material	581
5	Igualdade como reconhecimento.....	583
IV	SEGURANÇA	588
1	Generalidades	588
2	Segurança individual	590
3	Segurança jurídica	591
4	Segurança pública.....	594
5	Segurança social	601
6	Segurança nacional.....	602
7	Segurança humana	604
V	DIREITO DE PROPRIEDADE	605
1	Generalidades	605
2	A propriedade na Constituição brasileira.....	608
3	Alguns tópicos específicos do direito de propriedade	611
3.1	Direito de herança	611
3.2	Direitos autorais.....	611
3.3	Propriedade intelectual.....	612
3.4	Bens públicos.....	613
4	Interferências estatais no direito de propriedade.....	613
4.1	Limitações ao direito de propriedade.....	614
4.2	Desapropriação	617
5	Direitos originários de indígenas e quilombolas	618
CAPÍTULO IV ALGUNS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS		
 EM ESPÉCIE		
I	LIBERDADE DE EXPRESSÃO	620
1	Generalidades	621
1.1	A comunicação humana	621
1.2	A liberdade de expressão no Brasil: o passado condena	621
2	Liberdade de expressão na Constituição de 1988	623
3	Liberdade de expressão na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	625
3.1	Liberdade de imprensa.....	626
3.2	Discursos de ódio	627
3.3	Liberdade de expressão artística e intelectual.....	628

3.4	Direito ao esquecimento	629
3.5	Manifestação do pensamento	630
3.6	Ataque às instituições democráticas	630
4	Notas sobre o direito comparado: liberdade de expressão nos EUA e na Alemanha..	631
5	Revolução digital, internet e mídias sociais	633
II	LIBERDADE RELIGIOSA	635
1	Generalidades	636
1.1	O sentimento religioso	636
1.2	Breve notícia histórica	636
1.3	A persistência do fenômeno religioso	639
2	A liberdade religiosa na Constituição de 1988.....	641
3	Liberdade religiosa na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	642
3.1	Vedação temporária de cultos e missas presenciais durante a pandemia da Covid-19 (ADPF 811).	642
3.2	Inconstitucionalidade da exigência de bíblias em escolas e bibliotecas públicas (ADI n. 5.258 e Ag. Reg. em RE n. 1.014.615).....	643
3.3	Ensino religioso confessional em escolas públicas (ADI n. 4439).	643
3.4	Sacrifício de animais em cultos religiosos (RE n. 494.601).	643
3.5	<i>Homeschooling</i> (ensino domiciliar) (RE n. 888.815).	644
3.6	Realização de etapa de concurso público em data ou horário alternativo, por motivo religioso (RE 611.874).	644
3.7	Acomodação da jornada de trabalho de professora da rede pública, em razão de crença religiosa (ARE 1.099.099).....	644
3.8	Vedação a pregação religiosa no interior de transporte público (Ag.Reg. 1.315.221)	645
3.9	Ilegitimidade da recusa dos pais de ministrarem vacinação obrigatória aos filhos por motivos de convicção filosófica.....	645
3.10	Inconstitucionalidade da normal legal que veda o proselitismo, inclusive de natureza religiosa, em rádios comunitárias (ADI 2.566).	645
III	LIBERDADE DE REUNIÃO	646
1	Generalidades	646
2	O direito de reunião na Constituição de 1988.....	648
3	O direito de reunião na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	652
IV	AÇÕES CONSTITUCIONAIS	655
1	<i>Habeas corpus</i>	655
2	Mandado de segurança.....	655
2.1	Mandado de segurança individual.....	655
2.2	Mandado de segurança coletivo	658
3	Mandado de injunção	660
3.1	Mandado de injunção individual.....	661
3.2	Mandado de injunção coletivo	664
4	<i>Habeas data</i>	665

5	Ação popular	667
6	Ação civil pública.....	668

CAPÍTULO V O PODER PUNITIVO DO ESTADO: DIREITOS E GARANTIAS PENAIS E PROCESSUAIS

I	GENERALIDADES	671
1	O direito penal deve ser moderado, sério e igualitário	671
2	Entre o abuso e a proteção deficiente.....	672
3	Não se muda o mundo com direito penal.....	673
4	“Pune-se muito e mal”.....	674
5	A corrupção como problema crônico.....	675
II	DIREITOS E GARANTIAS PENAIS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	676
1	Legalidade penal	676
2	Irretroatividade da lei penal.....	678
3	Pessoalidade da pena	681
4	Individualização da pena	682
5	Prisão e direito dos presos.....	685
5.1	Modalidades de prisão anteriormente ao julgamento	686
5.2	Prisão após o julgamento.....	688
5.3	Audiência de custódia e juiz de garantias	689
6	Direito à não autoincriminação	690
7	Presunção de inocência.....	694
8	Liberdade de locomoção e <i>habeas corpus</i>	697
9	Algumas vedações expressas.....	698
10	Alguns direitos expressos.....	699
11	Mandados de criminalização.....	700
III	ALGUMAS NORMAS PROCESSUAIS.....	704
1	Princípio do juiz natural	704
2	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa	704
3	Publicidade dos julgamentos.....	705
4	Competência do Tribunal do Júri	706
IV	ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS ACERCA DO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO.....	707
	<i>Conclusão</i>	709
I	Síntese sumária de algumas ideias.....	709
II	Encerramento	715
	<i>Bibliografia</i>	717